



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO - MA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2023 - CPL

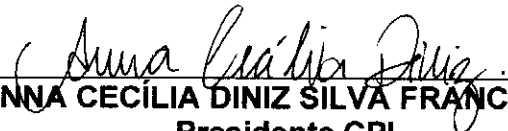
A Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Sítio Novo - MA torna público para conhecimento dos interessados que convoca as participantes da **Tomada de Preços nº 011/2023 - CPL**, com objeto sendo a Contratação De empresa Especializada para a Implantação De 84 (Oitenta E Quatro) Melhorias Sanitárias Domiciliares - MSD No Município De Sítio Novo/MA, Convênio SICONV Nº 938248/2022 - FUNASA Nº 00638/2022.

, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Data de reabertura: 11 de Dezembro de 2023, às 09:00 hs (nove horas).

Endereço: Av. Leonardo de Almeida s/n Centro – Sítio Novo – MA

Sítio Novo (MA), 05 de Dezembro de 2023


ANNA CECÍLIA DINIZ SILVA FRANCELINO
Presidente CPL



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**



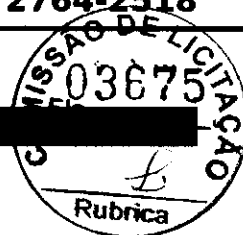
**PARA:
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÍTIO NOVO - MA
PARA PUBLICAÇÃO DIA 06/12/2023**

**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO - MA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2023 – CPL**

OBJETO: Contratação De empresa Especializada para a Implantação De 84 (Oitenta E Quatro) Melhorias Sanitárias Domiciliares - MSD No Município De Sítio Novo/MA, Convênio SICONV Nº 938248/2022 - FUNASA Nº 00638/2022.A CPL convoca os participantes do certame em epígrafe a comparecer na sessão pública de reabertura e julgamento, designada para o dia 11 de Dezembro de 2023, às 09:00 hs (nove horas) na sede da Comissão Permanente de Licitações sito na Av. Leonardo de Almeida s/n, Centro, Sítio Novo – MA. **ANNA CECÍLIA DINIZ SILVA FRANCELINO – PRESIDENTE CPL**



Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.



REANÁLISE DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL

REANÁLISE DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL - Tomada de Preço - Nº 011/2023 - CPL.

REANÁLISE DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL TOMADA DE PREÇO (TP) Nº 011/2023 OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE 84 (OITENTA E QUATRO) MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES - MSD NO MUNICÍPIO DE SÍTIO NOVO/MA. EMPRESAS ANALISADAS: 1 – MIC LOCAÇÃO LTDA; CNPJ N º: 40.852.366/0001-03; Atestados/Declarações de Capacidade Técnica Operacional da licitante, NÃO SÃO compatíveis com o objeto desta licitação, comprovando que a licitante NÃO tem capacidade para execução de obras e/ou serviços com características semelhantes e de complexidade operacionais equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação (art. 30, inc. I, § 1º da Lei nº 8.666/93), NÃO abrangendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, com base no projeto básico de engenharia, nos termos do item “I” do Edital. 28 de novembro de 2023, Sítio Novo – MA, Marcos André Oliveira Sousa Engenheiro Civil CREA/RNP Nº 191948843-0

Publicado por: Raimundo Rodrigues Batista Filho

Assistente de Gabinete

Código identificador: fjb4jlesv20231206161244

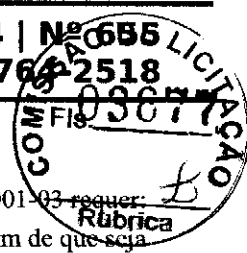
HABILITAÇÃO

HABILITAÇÃO - Tomada de Preços nº 011/2023 - CPL

CERTIDÃO LICITAÇÃO: Tomada de Preços nº 011/2023 - CPL OBJETO: Contratação De empresa Especializada para a Implantação De 84 (Oitenta E Quatro) Melhorias Sanitárias Domiciliares - MSD No Município De Sítio Novo/MA, Convênio SICONV Nº 938248/2022 - FUNASA Nº 00638/2022. Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Leonardo de Almeida s/n Sítio Novo - MA, composta pela Presidente da CPL Sra. Anna Cecília Diniz Silva Francelino, Sr. Leandro Barros dos Santos - Membro CPL e Sra. Maria Cleide da Mota Rodrigues – Membro CPL, considerando, o Laudo de Reanalise de Engenharia emitido pelo setor competente, o Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica do Município em sua íntegra, bem como o Despacho de Ratificação emitido pela Autoridade Superior do certame, vem deixar registrado o que segue. Registre-se que empresa POTENTE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, apresentou o que refere o item 8.3.1., alínea “c” - Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão de Quitação de Tributos Federais e Certidão quanto à Dívida Ativa da União), em plano vigência a esta CPL, visto os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 – item 9.1 c/c 10.3.5, assim podendo fazer juntar a certidão atualizada no prazo estabelecido em lei, comprovando sua veracidade, estando assim, habilitada. A empresa MIC LOCAÇÃO LTDA, CNPJ nº 40.852.366/0001-03, foi declarada inabilitada, adotando como fundamento a Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica do Município em sua íntegra, o Laudo de Engenharia emitido pelo setor competente, bem como o Despacho De Ratificação. Assim, com base no feito, e nas decisões tomadas neste, as licitantes sejam: W D GONSALVES CONSTRUÇÕES LTDA, CONTAC COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, DOMINIOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, POTENTE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, E JOSÉ ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA, cumpriram todos os requisitos de habilitação elencados no Edital, e comprovando a Capacidade Técnica-Operacional, e Qualificação Técnica-Profissional, assim são declaradas HABILITADAS no presente feito. O presente será devidamente publicado no Diário Oficial Do Município no site <http://www.sitionovo.ma.gov.br/diario-oficial>, para conhecimento das participantes. Sem mais para o momento. Sala da Comissão Permanente de Licitações, Sítio Novo-MA, aos 04 de Dezembro de 2023. ANNA CECÍLIA DINIZ SILVA FRANCELINO Presidente CPL LEANDRO BARROS DOS SANTOS Membro CPL MARIA CLEIDE DA MOTA RODRIGUES Membro CPL

Publicado por: Raimundo Rodrigues Batista Filho

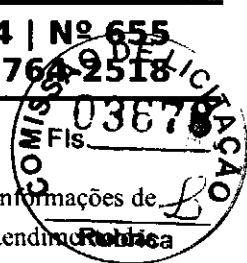




contrarrrazões. Em sede de contrarrrazões a empresa MIC LOCAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 40.852.366/0001-03 requer: Rubrica

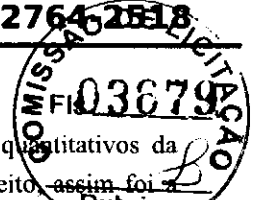
Requer-se a PROCEDÊNCIA desta contrarrrazão permanecendo a CONSIDERAÇÃO de V. Excelência para o fim de que seja esta licitante HABILITADA, por ser a medida mais lúdima de Justiça, haja vista os engenheiros da empresa tem o atestado técnico compatível e de complexidade superior ao objeto licitado e por esse motivo deveria ser considerado pela douda comissão e não inferindo no ART. 3º, §1º, DA LEI 8.666/93, não sendo assim de forma desnecessária a restrição à competitividade do certame. Este é o relatório. DOS FATOS E FUNDAMENTOS - DO PEDIDO DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA Inicialmente trataremos quanto da decisão que inabilitou a empresa JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA. Analisados os autos, fora observado que a Comissão pode não ter tomado a decisão acertada ao inabilitar a Recorrida, ao passo que esta teria deixado de cumprir o que reza a legalidade, primando pelo bom andamento do processo, e observando para que não caia em excessos ao inabilitar a empresa no momento que esta detém no procedimento documentações que supram a necessidade. É atual e pertinente a problemática relativa à superação do formalismo restrito nos procedimentos de análise dos documentos de habilitação e propostas nas licitações públicas. Em seu art. 43, §3º, dispõe a Lei nº 8.666/1993 ser "facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta". Havendo alguma falha formal, omissão ou obscuridade nos documentos de habilitação e/ou na proposta há um poder-dever por parte da Comissão de Licitação em realizar a diligência, superando-se o dogma do formalismo excessivo e prestigiando a razoabilidade e a busca pela eficiência, ampliação da competitividade e a proposta mais vantajosa para a Administração. Visto isto, para que seja alcançado o interesse público, é imprescindível o desapego a formalismos desnecessários. Nesse sentido decidem os tribunais brasileiros, senão vejamos os exemplos: "A licitação consiste em processo administrativo que visa à escolha do futuro contratante que apresente a melhor proposta. Não se constitui em corrida de obstáculos cujo vencedor é o participante mais veloz. Acima do interesse privado dos participantes em vencer o certame, sobrepõe o interesse público a ser perseguido pela Administração Pública. Daí que há de ser assegurado tanto quanto possível a maior competitividade do certame. Neste quadro, a exclusão de licitante apenas por razão de mera irregularidade formal é medida que põe o interesse privado dos demais licitantes acima do interesse público." Recurso provido. (APELAÇÃO 5 ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI CÍVEL Nº 70001115245, 2ª CÂMARA CÍVEL, TJ/RS, RELATOR: MARIA ISABEL DE AZEVEDO SOUZA, JULGADO EM 28/06/2000) "É cediço que o formalismo constitui princípio inerente a todo procedimento licitatório, no entanto, a rigidez do procedimento não pode ser excessiva a ponto de prejudicar o interesse público. Ademais, em matéria de licitação, como o objetivo é o de atrair o maior número de interessados, deve-se adotar interpretação que favoreça a consecução desse objetivo, tirando-se qualquer margem de discricionariedade da Administração Pública no que diz respeito à rejeitar possíveis licitantes." (TJSC – AC em MS – 2002.015898-0 – Dês. Relator Vanderlei Romer – Julgado em 21/11/2002.) "[...] a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo" (Acórdão 357/2015 – Plenário) Ressalta-se, portanto, que a licitação tem por objetivo inafastável a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração pública. Para isso, deve seguir um procedimento formal definido no edital e, principalmente, na Lei de Licitações, sem, contudo, permitir que a referida formalidade que visa atribuir segurança jurídica ao certame se confunda com os rigorismos desnecessários que ora pretende ver prevalecer a Recorrente, pois colocam em xeque os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e o interesse público. Não podendo, portanto, inabilitar a empresa por um erro sanável, e que não demanda apresentação de documento novo ao processo, e sim apenas a atualização de documento já existente ao processo, como fora o caso da declaração de contratação futura. Neste contexto, a Lei Geral de Licitações, artigo 43, §3º da Lei 8.666/93, dispõe expressamente que: Art. 43. {...} §3º - facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. Compreende ao caso frisar que foi fixado entendimento no Acórdão 1.211/2021 do TCU de que "admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condições pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre os licitantes" (Acórdão 1.211/2021





do TCU). Há, portanto, possibilidade de inclusão de documentos que sirvam para esclarecer ou complementar informações de um documento já apresentado tempestivamente pelo licitante, quando este não for suficiente para comprovar o atendimento das condições fixadas no edital. Isso porque dentre as finalidades do certame licitatório encontram-se a contratação da proposta mais vantajosa para a administração e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos termos do artigo 3º, caput, da Lei 8.666/93. Em assim agindo, a CPL observou estritamente os princípios da isonomia entre os participantes, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório, insertos no art. 3º, do Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos dentre os princípios norteadores de todo e qualquer procedimento licitatório, vide: “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.” Nesse sentido, os atos da Comissão, por sua vez estão pautados na manutenção da ampla competição e na busca incessante a condição mais vantajosa à Administração Pública. Dessa forma, com a estrita observância do conteúdo do edital e do entendimento jurisprudencial dominante, adotando todos os cuidados necessários para obtenção do resultado correto, justo e isonômico, deverá ser acolhido o recurso da Recorrente, e declarada a HABILITAÇÃO da empresa JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA. - DO PEDIDO DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA DINAMICA EMPREENDIMENTOS LTDA Quanto ao recurso da empresa DINAMICA EMPREENDIMENTOS LTDA, que requer seja reconsiderada a decisão que a inabilitou, ainda acatando documentos novos ao processo para comprovar a qualificação técnica operacional com novas CAT'S. A empresa alega que foi habilitada no processo e após, fora declarada inabilitada, tal fato não ocorreu, o que consta é que o laudo de engenharia que trata tão somente dos quantitativos exigidos, declarou que a empresa estaria apta, contudo, após diligências feitas pela Comissão fora constatado que o atestado apresentado não condiz com a realidade da obra em questão. Assim, a empresa foi inabilitada por apresentar documentação inverídica no processo. Desta forma, esta documentação não pode somar aos quantitativos. Trazemos novamente o art. 43, §3º, dispõe a Lei nº 8.666/1993 dispõe o que segue: Art. 43. {...} §3º - facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. Bem como, devem ser considerados os princípios norteadores do Direito Administrativo: “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.” Chancelando o que estabelece o dispositivo legal acima declinado, vem o art. 41, do Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos: “A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.” (destaques e grifos nossos) Sobre o tema, ensina Carlos Pinto Coelho Motta: “O instrumento convocatório é a baliza no relacionamento entre a Administração e os licitantes, fixando os direitos e explicitando prerrogativas. Eis por que é vedada qualquer surpresa nesse relacionamento: esta representaria a arbitrariedade.” (destaques e grifos nossos). Nesse sentido, nos parece que faltou por parte da Recorrente a realização de uma interpretação sistemática das disposições editalícias, o que lhe permitiria uma visão mais adequada, simples e dinâmica, que certamente afastaria a sua pretensão de questionar os atos da Comissão, que por sua vez, está pautada na manutenção da ampla competição e na busca incessante a condição mais vantajosa à Administração Pública. Ainda, cumpre registrar que a presente licitação se encontra no Portal da Transparência do município, bem como no Site do TCF-MA, em momento algum a Administração buscou omitir informações, bem como todos os licitantes tem pleno acesso aos autos, e informações dos atos via e-mail. Dessa forma, com a estrita observância do conteúdo do edital e do entendimento jurisprudencial dominante, adotando todos os cuidados necessários para obtenção do resultado correto, justo e isonômico, não deverá ser acolhido o recurso da Recorrente, bem como seja mantida a decisão tomada por esta Comissão nos autos INABILITAR a empresa DINAMICA EMPREENDIMENTOS LTDA. -DO PEDIDO DE INABILITAÇÃO DA EMPRESA MIC LOCAÇÃO LTDA PELAS EMPRESAS JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA, e DINAMICA EMPREENDIMENTOS LTDA Quanto ao pedido das Recorrentes JOSE ROSINALDO RIBEIRO



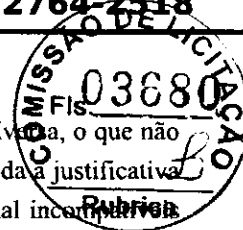


BARROS LTDA, e DINAMICA EMPREENDIMENTOS LTDA, que pugnam pela reconsideração dos quantitativos da qualificação operacional da empresa MIC LOCAÇÃO LTDA, para, tendo razão ser esta inabilitada no feito, assim foi a documentação Reanalisa pelo Setor competente. Conforme reanálise feita pelo Setor De Engenharia Do Município quanto a documentação da empresa MIC LOCAÇÃO LTDA, transcrevendo: 1 - MIC LOCAÇÃO LTDA; CNPJ N °: 40.852.366/0001-03; Atestados/Declarações de Capacidade Técnica Operacional da licitante, NÃO SÃO compatíveis com o objeto desta licitação, comprovando que a licitante NÃO tem capacidade para execução de obras e/ou serviços com características semelhantes e de complexidade operacionais equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação (art. 30, inc. I, § 1º da Lei nº 8.666/93), NÃO abrangendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, com base no projeto básico de engenharia, nos termos do item "1" do Edital. 28 de novembro de 2023, Sítio Novo – MA Marcos André Oliveira Sousa Engenheiro Civil CREA/RNP Nº 191948843-0 Com base no que preceitua a SÚMULA do TCU nº 263, in verbis: SÚMULA TCU 263: Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado. (Acórdão 32/2011-Plenário | RELATOR UBIRATAN AGUIAR). A Súmula supra, integra o texto editalício item 8.3.1, alínea "1" e "1.3", como segue: "1)

Qualificação Técnica-Operacional: apresentação de Atestados/Declarações de Capacidade Técnica da empresa licitante, compatíveis com o objeto desta licitação, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificados comprovando que os serviços foram executados, que comprove ter a licitante capacidade para execução de obras e/ou serviços com características semelhantes e de complexidade operacionais equivalentes ou superiores ao objeto desta (art. 30, inc. I, § 1º da Lei nº 8.666/93 e a Súmula TCU 263), abrangendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, com base no projeto básico de engenharia, contendo, no mínimo as seguintes quantidades referentes ao Projeto Básico: [...] "1.3) Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado - Súmula nº 263/TCU;" Desta sendo, e com base no laudo de engenharia (anexo), a empresa apresentou diversos atestados e certidões de acervo técnico fundadas em serviços prestados pelo responsável técnico nestas representando outras empresas que nada tem relação com a licitante. Assim, não podendo comprovar por serviços realizados por terceiros sua Capacidade Técnica-Operacional, a qual visa comprovar a capacidade da empresa e não do responsável técnico. É clarividente no instrumento convocatório a exigência de apresentação conforme o item 8.3.1. do edital que trata da habilitação jurídica da licitante requer na alínea "1" a apresentação

"Atestados/Declarações de Capacidade Técnica Operacional empresa licitante", assim conforme item 8.6, in verbis: 8.6. Será considerado inabilitado o licitante que deixar de apresentar, ou apresentar de forma incompleta, incompreensível, ilegível, com erro, rasura, omissão, qualquer exigência contida neste Edital. (grifamos) Chancelando o que estabelece os dispositivos já levantados nesta, vem o art. 41, do Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos: "A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada." (destaques e grifos nossos) Sobre o tema, ensina Carlos Pinto Coelho Motta: "O instrumento convocatório é a baliza no relacionamento entre a Administração e os licitantes, fixando os direitos e explicitando prerrogativas. Eis por que é vedada qualquer surpresa nesse relacionamento: esta representaria a arbitrariedade." (destaques e grifos nossos). Nesse sentido, com a estrita observância do conteúdo do edital, ao lado do Setor De Engenharia e seus fundamentos, à vinculação aos princípios da administração pública sendo a isonomia, a publicidade, e a vinculação ao edital e do entendimento doutrinário, adotando todos os cuidados necessários para obtenção do resultado correto, justo e isonômico, deveram ser acolhidos os recursos das Recorrentes e declarada INABILITADA a empresa MIC LOCAÇÃO LTDA. - DAS CONTRARRAZÕES COM PEDIDO DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA MIC LOCAÇÃO LTDA A Recorrente MIC LOCAÇÃO LTDA, em sede de contrarrazões recursais alega que cumpriu os requisitos do item 8.3.1 alínea "1" Qualificação Técnica-Operacional, apresentado atestados compatíveis com a maior relevância e valor significativo do objeto da licitação que comprove ter a licitante capacidade para execução de obras e/ou serviços com características semelhantes e de complexidade operacionais equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação. E pugnando





pela aceitabilidade dos atestados emitidos em nome do engenheiro com serviços executados para empresa divida, o que não será acatado. Consultado o Setor de Engenharia Do Município, em sede de reanálise, e sendo apresentado toda a justificativa supramencionada neste, resta claro que a empresa apresentou atestados de Qualificação Técnica-Operacional incorretos com o grau de complexidade e da obra (laudo anexo). Não serão acolhidos os fatos apresentados em sede contrarrazões, assim sendo declarada INABILITADA a empresa MIC LOCAÇÃO LTDA. Ante todo o exposto, OPINO da forma que segue: - Pela reforma da decisão em relação a empresa JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA, devendo ser reformada a decisão da CPL e declarada habilitada nos autos da TP nº 011/2023; - Pela manutenção da decisão proferida na fase de habilitação referente a empresa DINAMICA EMPREENDIMENTOS LTDA que a declarou inabilitada no feito; - Pela reforma da decisão em relação a empresa MIC LOCAÇÃO LTDA, devendo ser reformada a decisão da CPL e declarada inabilitada nos autos da TP nº 011/2023. Ato contínuo a este, atribuir eficácia hierárquica aos presentes recursos, remetendo-os a Autoridade Superior para as providências que julgar cabíveis, seja para ratificação ou reforma da decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitações por todos os seus fundamentos. Sítio Novo (MA), 29 de Novembro de 2023. RAMON OLIVEIRA DA MOTA DOS REIS Assessor Jurídico OAB-MA 13.913

Publicado por: Raimundo Rodrigues Batista Filho

Assistente de Gabinete

Código identificador: f00417d75hh20231206161226

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO - Tomada de Preços nº 011/2023 - CPL

Tomada de Preços nº 011/2023 - CPL Processo: 050/2023 RECEBO os Recursos Inominados interpostos por JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA, CNPJ N.º: 08.866.317/0001-17; e DINAMICA EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ N.º: 24.292.364/0001-50 em face da decisão de habilitação proferida nos autos da Tomada de Preços nº 011/2023 - CPL, bem como as Contrarrazões apresentadas pela empresa MIC LOCAÇÃO LTDA, CNPJ nº 40.852.366/0001-03. Para no mérito: DAR-LHE CONHECIMENTO E PROVIMENTO À RECORRENTE: JOSÉ ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA para a declarar habilitada, adotando como fundamento a Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica do Município em sua íntegra; DAR-LHE CONHECIMENTO E NEGAR PROVIMENTO À RECORRENTE: DINAMICA EMPREENDIMENTOS LTDA mantendo a decisão que a declarou inabilitada adotando como fundamento a Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica do Município em sua íntegra, mantendo a decisão emitida pela CPL; DAR-LHE CONHECIMENTO E PROVIMENTO ÀS RECORRENTES: JOSÉ ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA, E DINAMICA EMPREENDIMENTOS LTDA, para declarar inabilitada a empresa MIC LOCAÇÃO LTDA, CNPJ nº 40.852.366/0001-03, adotando como fundamento a Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica do Município em sua íntegra, bem como o Laudo de Engenharia emitido pelo setor competente; DAR-LHE CONHECIMENTO E NEGAR PROVIMENTO À: MIC LOCAÇÃO LTDA, CNPJ nº 40.852.366/0001-03, para a declarar inabilitada, adotando como fundamento a Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica do Município em sua íntegra, bem como o Laudo de Engenharia emitido pelo setor competente; Publique-se, registre-se e intime-se. Sítio Novo (MA), 30 de Novembro de 2023 ANTONIO COELHO RODRIGUES Prefeito Municipal

Publicado por: Raimundo Rodrigues Batista Filho

Assistente de Gabinete

Código identificador: bli62lemmb20231206161240

